



<https://doi.org/10.56344/2675-4827.v4n2a2023.7>

## Aspectos que influenciam a amamentação entre mulheres trabalhadoras: revisão bibliográfica

### Aspects that influence breastfeeding among working women: bibliographical review

Daniela Rizoti Lemes de Souza<sup>1</sup>, Débora Seixas Rocha Moura<sup>1</sup>, Jean Alexandre Alves<sup>1</sup>, Lilian Donizete Pimenta Nogueira<sup>2</sup>

**Resumo:** A continuidade do aleitamento materno após o retorno ao trabalho da nutriz, tem sido amplamente abordada pela literatura científica, com a preocupação da interrupção da amamentação exclusiva até os 6 meses de idade da criança. Há evidências dos benefícios na saúde da criança a curto e longo prazo, quando se atinge a meta estabelecida. Os benefícios do aleitamento materno são insubstituíveis, ele propicia o vínculo entre a mãe e o recém-nascido, ajuda evitar infecções respiratórias, alergias, entre tantos outros. Para que essa prática não seja interrompida, é preciso de uma rede de apoio a esse binômio, como dos familiares, empregadores, colegas de trabalho e de políticas públicas que protejam essa mulher durante o período de amamentação. O papel dos enfermeiros nesse processo, com as orientações e acolhimento, suprimindo as informações técnicas, respeitando o entendimento da mãe quanto ao grau de escolaridade, crença, socioeconômico, é fundamental. O presente estudo, tem o objetivo de verificar as evidências científicas envolvendo os aspectos que influenciam a amamentação entre mulheres trabalhadoras. Logo, é possível identificar os fatores que influenciam o desmame precoce dos lactentes com o retorno da mãe ao trabalho, uma vez que se torna viável fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias para promoção, proteção, apoio do aleitamento materno e políticas públicas mais efetivas. Trata-se de uma revisão bibliográfica, que usou os descritores “mulheres trabalhadoras *and* aleitamento materno”, “aleitamento materno *and* retorno ao trabalho” e “legislação *and* amamentação”, utilizando estudos publicados na íntegra, disponíveis *online*, na língua portuguesa, nos últimos dez anos. Com base nos critérios de inclusão, após seleção dos estudos pertinentes, chegou-se a um total de 19 artigos. Após leitura e análise, foram encontrados os fatores que influenciam positiva e negativamente na amamentação entre as mulheres que retornam ao trabalho e a importância do enfermeiro neste contexto. A literatura aponta que os aspectos socioeconômicos, o apoio familiar, dos empregadores, dos colegas de trabalho e as políticas públicas, podem ser positivos para a continuidade da amamentação após o retorno ao trabalho da nutriz. No entanto, dificuldades relacionadas à saúde mental, como a depressão e a ansiedade, a dupla jornada de trabalho devido trabalho externo e afazeres domésticos, a falta de salas de apoio nas empresas para amamentação ou ordenha, influenciam de forma negativa a continuidade da amamentação após o retorno ao trabalho. Neste contexto, o enfermeiro é profissional relevante, pois deve acolher o binômio, orientar a importância do leite materno exclusivo até os 6 meses de idade, acompanhar o desenvolvimento da criança, informar essa mãe os direitos trabalhistas em relação ao período

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Enfermagem do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: danirizoti@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Enfermagem em Saúde Pública pela USP. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: lilian.pimenta@baraodemaua.br

de amamentação. O estudo permitiu conhecer os fatores que influenciam positivo e negativamente na amamentação de mulheres que retornam ao trabalho, e que é fundamental, que os profissionais de saúde reúnam competências e habilidades para a assistência qualificada, buscando ter atitudes que motivam a continuidade da amamentação quando essa mãe retorna ao trabalho, em seguida, trabalhar para reduzir tais fatores.

**Palavras-chave:** Amamentação; Trabalho; Mulheres trabalhadoras.

**Abstract:** The continuity of breastfeeding after the nursing mother returns to work has been widely addressed by the scientific literature, with the concern of interrupting exclusive breastfeeding until the child is 6 months old. There is evidence of short- and long-term health benefits for children when the established goal is achieved. The benefits of breastfeeding are irreplaceable, it fosters the bond between the mother and the newborn, helps to avoid respiratory infections, allergies, among many others. So that this practice is not interrupted, a support network is needed for this binomial, such as family members, employers, co-workers, and public policies that protect this woman during the breastfeeding period. The role of nurses in this process, with guidance and embracement, providing technical information, respecting the mother's understanding regarding the level of education, belief, socioeconomic status, is fundamental. This study aims to verify the scientific evidence involving the aspects that influence breastfeeding among working women. Therefore, it is possible to identify the factors that influence the early weaning of infants with the mother's return to work, since it becomes feasible to provide subsidies for the development of strategies for the promotion, protection, support of breastfeeding and more effective public policies. This is a bibliographic review, which used the descriptors "working women and breastfeeding", "breastfeeding and return to work" and "legislation and breastfeeding", using studies published in full, available online, in Portuguese, in the last few years. ten years. Based on the inclusion criteria, after selection of relevant studies, a total of 19 articles were reached. After reading and analysis, the factors that positively and negatively influence breastfeeding among women who return to work and the importance of nurses in this context were found. The literature points out that socioeconomic aspects, family support, employers, work colleagues and public policies can be positive for the continuity of breastfeeding after the mother returns to work. However, difficulties related to mental health, such as depression and anxiety, the double workday due to outside work and household chores, the lack of support rooms in companies for breastfeeding or milking, negatively influence the continuity of breastfeeding after the return to work. In this context, nurses are relevant professionals, as they must embrace the binomial, guide the importance of exclusive breast milk up to 6 months of age, monitor the child's development, inform this mother about labor rights in relation to the breastfeeding period. The study made it possible to identify the factors that positively and negatively influence the breastfeeding of women who return to work, and that it is essential that health professionals gather skills and abilities for qualified assistance, seeking to have attitudes that motivate the continuation of breastfeeding when this happens. mother returns to work, then work to reduce such factors.

**Keywords:** Breastfeeding; Return to work; Working women.

*Recebimento: 21/09/2023*  
*Aprovação: 10/12/2023*

## INTRODUÇÃO

Amamentar é um processo que envolve interação profunda entre mãe e filho, com repercussões no estado nutricional da criança, em sua habilidade de defesa de infecções, no desenvolvimento da sua função motora e psicológica. O aleitamento traz

benefícios como um grande vínculo emocional, afeto e conforto entre ambos, promovendo um grande impacto na saúde da mãe e filho (VENANCIO *et al.*, 2013).

O leite materno é a principal fonte de alimento, recomendado de forma exclusiva até os primeiros 6 meses de vida da criança e contém todos os nutrientes necessários para o seu desenvolvimento. A falta do aleitamento materno, pode prejudicar o vínculo entre a mãe e o recém-nascido, ele é necessário pois, ajuda evitar infecções respiratórias, alergias, entre tantos outros benefícios. Para que isso não ocorra, o Ministério da Saúde, em união com a Organização Mundial da Saúde (OMS), tem estabelecido políticas públicas de promoção, proteção e apoio à amamentação, a fim de promover e melhorar o vínculo emocional e afeto entre o binômio (VENANCIO *et al.*, 2013).

Para os recém-nascidos, a promoção e incentivo do aleitamento materno, resulta em diminuição da mortalidade neonatal e infantil, sendo o leite materno, um alimento completo que contém um equilíbrio de gorduras, carboidratos e proteínas na medida exata para prover o crescimento e a imunidade dos bebês. Além disso, combate as infecções infantis, desenvolve o cérebro e aumenta a resistência a doenças crônicas como asma, alergias e diabetes (SILVA *et al.*, 2021).

A OMS preconiza que o aleitamento materno ocorra até os dois anos de vida ou mais, e de forma exclusiva nos primeiros seis meses de vida da criança. O leite materno contém substâncias de defesa, como macrófagos, linfócitos, além de lactoferrina, tiroxina, gonadotrofinas, prolactina, eritropoietina e imunoglobulina, que circulam no sangue realizando tarefas como promover o equilíbrio do sistema imunológico do recém-nascido. A imunoglobulina presente no colostro materno, ao ser ingerido pelo recém-nascido, vai para o intestino, promovendo a neutralização das toxinas que são presentes na mucosa intestinal (SILVA *et al.*, 2021).

Mesmo diante da importância da amamentação, o desmame precoce ainda é comum de se acontecer, sendo considerado um problema de saúde pública. Segundo dados da OMS, no Brasil e no mundo, a maioria das crianças não são amamentadas corretamente até aos dois anos de vida e a maioria não recebe o leite materno até os seis meses de vida pois, continua com falhas, falta de investimentos, conhecimentos, economia e cultura (SILVA *et al.*, 2021).

Com a Pesquisa Nacional de Aleitamento Materno (PNPAM), realizada em 2008, da qual participaram 34.466 crianças brasileiras, foi verificado que 41% delas

foram amamentadas até os seis meses de vida. Na região nordeste, houve queda de porcentagem totalizando em 37% (LEÃO *et al.*, 2022).

Em outro estudo brasileiro, com dados recentes, foram identificados resultados semelhantes. Dentre 14.584 crianças amamentadas até o sexto mês de vida, observou-se o percentual de 45,7% crianças em Aleitamento Materno Exclusivo (SILVA *et al.*, 2021).

Tais resultados envolvem diversas dificuldades, considerando a amamentação complexa que depende de fatores biológicos, sociais, culturais, políticos e econômicos (QUELUZ *et al.*, 2012).

Para Gasparin e colaboradores (2019), o desmame precoce em crianças menores de seis meses de idade ocorre com muita frequência, podendo implicar em diversas consequências na infância e na fase adulta deste indivíduo, que se encontra em pleno momento de crescimento e desenvolvimento. Essa transição do Aleitamento Materno Exclusivo (AME) envolve a introdução alimentar e Aleitamento Materno Complementado (AMC) antes dos seis meses de vida, pode trazer consequências tanto para a criança como para a mãe e sua família. Para a criança, o desmame precoce pode causar interferência no desenvolvimento motor oral, problemas gastrointestinais e renais devido à imaturidade do organismo para digerir os diversos componentes dos alimentos, além de trazer sérios problemas de saúde na sua fase adulta, e que podem ser fatais, tais como asma, bronquite, infecções respiratórias, broncopneumonia e alergias.

Para acompanhar o tempo de duração do aleitamento materno, foram criados vários tipos de indicadores no Brasil, visando a redução da mortalidade infantil. Em 2019, o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019) desenvolveu indicadores de aleitamento materno e de alimentação entre crianças brasileiras menores de 5 anos de idade, com a participação de diversas instituições brasileiras, e seus resultados demonstraram a realidade da população, foi evidenciado, que os primeiros meses de vida com aleitamento materno exclusivo foram benéficos para a redução da mortalidade infantil (UFRJ, 2021).

Temos cinco tipos de aleitamento, o materno exclusivo, quando a criança recebe somente leite materno, direto da mama ou ordenhado, o materno predominante, quando a criança recebe além do leite materno, água ou bebidas à base de água, aleitamento materno, quando a criança recebe leite materno (direto da

mama ou ordenhado), independente de receber ou não outros alimentos, o materno complementado, quando a criança recebe, além do leite materno, qualquer alimento sólido ou semissólido com a finalidade de completa-lo, e não substituí-lo, e temos o materno misto ou parcial, quando a criança recebe leite materno e outros tipos de leite (BRASIL, 2009).

Com o passar dos anos, houve avanço na composição das fórmulas infantis, porém não há comparação com os benefícios do leite humano, por se tratar de um leite complexo, até mesmo em comparação ao leite de outros mamíferos, o leite humano desenvolve o sistema imunológico, cérebro e sistema digestivo (BRASIL, 2014).

A fórmula infantil tem em sua base, o leite de vaca, que fisiologicamente não se iguala ao leite humano, logo, não é segura para os bebês humanos, uma vez que, devido a essa especificidade, sofre vários processos químicos para chegar ao produto. Além disso, o leite materno é um fluido vivo, capaz de se adaptar as mudanças no desenvolvimento dos bebês, tão complexo que se o bebê adoecer, é aumentada a produção de glóbulos brancos e anticorpos (BRASIL, 2014).

O ENANI-2019 identificou que no Brasil, entre as crianças menores de 4 meses, a prevalência do aleitamento materno exclusivo foi de 60,0%, sendo o percentual mais elevado na região Sudeste (63,5%) e menor no Nordeste (55,8%) (UFRJ, 2021).

Dentre as crianças com menos de seis meses de idade, a prevalência de AME foi de 45,7%, sendo essa prática mais frequente na região Sul (53,1%) e menos na região Nordeste (38,0%) (UFRJ, 2021).

Em relação ao Aleitamento materno continuado, aos 12 meses (crianças de 12 a 15 meses); a prevalência foi de 53,1% no Brasil, sendo essa prática mais frequente na região Nordeste (61,1%) e menos na região Sul (35%). Entre as crianças com menos de 24 meses, 60,9% foram amamentadas, sendo as regiões Norte 65,5%, Nordeste 64,5% e Centro-Oeste 64,3%, aquelas com maior frequência para esse indicador e as regiões Sul 56,2% e Sudeste 57,9% as com menor frequência (UFRJ, 2021).

O aumento da amamentação exclusiva é confirmado quando são comparadas as duas Pesquisas de Prevalência do Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal, realizadas durante as campanhas de vacinação em 1999 e 2008: a

prevalência da amamentação exclusiva em menores de 6 meses passou de 26,7%, em 1999, para 41%, em 2008 (BRASIL, 2017).

As mulheres trabalhadoras, enfrentam muitas dificuldades no período do puerpério, uma delas é o fator emocional, as mudanças hormonais as deixam mais sensíveis, e com sentimento de desamparo, se elas não recebem apoio e incentivo, aumenta o número de casos de desmame precoce, trazendo grande prejuízo a saúde da mãe e filho. Pensando no bem-estar e saúde dessa mãe e do recém-nascido, foram criadas leis para protegê-los na fase da amamentação, inclusive no momento do retorno ao trabalho, para que o vínculo e os benefícios do aleitamento materno não sejam prejudicados (VENANCIO *et al.*, 2013).

Para as empresas, é fundamental promover o aleitamento materno no ambiente de trabalho, com apoio não apenas dos empregadores, mas também da família e dos profissionais de saúde, para estimular e manter a amamentação após retorno ao trabalho. Nesse retorno, deve-se manter a alimentação da criança apenas com leite materno e, quando possível, evitar a substituição deste leite por outro alimento industrializado (VENANCIO *et al.*, 2013).

Mulheres em idade reprodutiva, têm adiado ou até mesmo desistido de ter filhos, por necessidade de manter-se empregadas e ajudar nas despesas do lar, tal fato se dá, pelo medo da demissão devido o preconceito das empresas na contratação de mulheres e os possíveis afastamentos gestacionais e puerperais (MACIEL *et al.*, 2022).

As mulheres que precisam retornar ao trabalho, na fase de amamentação, sofrem discriminação por parte das empresas, mesmo que tenham capacitação e os requisitos necessários para as vagas oferecidas, as empresas acabam optando por trabalhadores do sexo masculino, para evitar a falta de funcionários nos afastamentos garantidos por lei, às mulheres que amamentam (MACIEL *et al.*, 2022).

As gestantes, são protegidas pelo artigo 473, III da CLT e Constituição no artigo 7º inciso XIX, que asseguram o direito a 120 dias de licença maternidade, sem prejuízo do emprego e seu salário, esse afastamento pode ser prorrogado por mais duas semanas, se apresentado atestado médico, caso a empresa seja parceira do Programa Empresa Cidadã (BRASIL, 2015).

No período de amamentação, são garantidos às mulheres, dois descansos de meia hora durante o período de trabalho, incluindo os intervalos que a

empresa/instituição prevalece para repouso e alimentação até que a criança complete seis meses de idade (BRASIL, 2017).

A lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 9º traz a responsabilidade do poder público, dos empregadores e instituições de propiciar condições adequadas ao aleitamento materno (BRASIL, 2017).

O ECA compõe o sistema de garantia, que assegura à lactante os seus direitos, em um novo marco legal, referenciado para proteção completa, proporcionando olhares em suas especificidades e peculiaridades, um processo histórico-social e cultural que demarca um momento de mudança. Para o poder público, cabe garantir o respeito dos direitos das lactantes que pode proporcionar condições melhores para todas as mulheres (BRESSAN *et al.*, 2020).

A mulher que retorna ao trabalho, muitas vezes recorre ao uso da mamadeira, oferece fórmulas, deixa de fazer ordenha, diminuindo a produção do leite, contribuindo para o desmame precoce. Isso contribui para a mudança da rotina das mamadas dos bebês, e o seu direito a uma nutrição valiosa nessa fase da vida, até mesmo por desconhecer a legislação que as protegem no que diz respeito a amamentação (PONTES *et al.*, 2013).

Para combater o desmame precoce e proteger a amamentação, os profissionais de saúde devem auxiliar e orientar pais e familiares, conscientizando-os dos benefícios e vantagens do aleitamento materno no período pré-natal. Nesse sentido, o enfermeiro deve orientar sobre as desvantagens do leite não humano, das técnicas corretas da amamentação com a finalidade de aumentar a relação entre os pais e benefícios do leite materno (PONTES *et al.*, 2013).

Os empresários deveriam estimular as mães a amamentar de forma exclusiva seus recém-nascidos, de forma a promover vínculo dentro do campo de trabalho e da mãe com a criança (PONTES *et al.*, 2013).

Nem todas as mulheres têm o conhecimento de seus direitos e deveres após o seu retorno ao trabalho. Logo, a carência de suporte oferecido pelo empregador, a falta de acompanhamento dos profissionais de saúde em relação a questões relativas à amamentação e influência familiar, são alguns fatores que podem contribuir para o desmame precoce (PONTES *et al.*, 2013).

Neste contexto, podemos verificar as dificuldades que as lactantes enfrentam quando retornam para o mercado de trabalho e sua preocupação com a continuidade da amamentação. O apoio e as orientações dos profissionais de saúde, em relação a amamentação, devem respeitar os conhecimentos, crenças e rotina das nutrizes (PONTES *et al.*, 2013).

Uma pesquisa realizada em 13 indústrias de São Paulo, em 1994, com o objetivo de verificar o padrão de amamentação das mulheres trabalhadoras, os limites e os fatores que podem prejudicar o aleitamento materno verificaram que 97% das mulheres amamentaram, apresentando uma duração média de 150 dias. Quanto ao AME, a duração média foi de 10 dias, e à Amamentação Predominante (quando a criança recebe, além do leite materno, água ou bebidas à base de água, como chás, sucos de frutas), a média foi de 70 dias. As mulheres de classe média e mulheres que trabalhavam em empresas com creche perto do local, empresas com salas de coleta de leite materno internamente foram as que obtiveram o resultado de maior tempo de amamentação. A possibilidade de flexibilizar seu horário e não trabalhar na linha de produção também mostraram ser fatores significantes que levam as mulheres dessas indústrias a amamentar mais (REA *et al.*, 1997).

As mulheres que retornam ao trabalho, ainda na fase de amamentação, podem sofrer alguns fatores que interferem no aleitamento materno, como o tipo de trabalho, não sendo propício a amamentação no período trabalhado, a distância do trabalho até sua residência, a dificuldade na ordenha, para que o bebê receba esse leite quando não há possibilidade de amamentar presencialmente, o esgotamento físico e mental, devido a rotina do trabalho. As pessoas envolvidas devem dar todo apoio, incentivar e favorecer as necessidades dessa nutriz para que a fase da amamentação seja respeitada (BRASIL, 2015).

Mediante o exposto, considerando o aleitamento materno de extrema relevância na saúde materno infantil, com necessidade intensa de promoção, proteção e apoio, ressalta-se a necessidade de suporte para que as mulheres mantenham a amamentação por mais tempo, sobretudo diante do retorno ao trabalho, momento de risco para o desmame precoce. Diante deste contexto, destaca-se a questão norteadora deste estudo, sobre quais aspectos que influenciam a amamentação entre as mulheres trabalhadoras.



Faz-se necessário conhecer os aspectos ligados ao aleitamento materno de mulheres que trabalham, para que seja possível oferecer elementos para a proteção, promoção e apoio da amamentação e o fortalecimento de políticas públicas que compreendam essa esfera e, em consonância, que o enfermeiro se posicione como importante agente neste processo, atuando na prevenção do desmame precoce e propiciando assistência qualificada às mulheres que amamentam.

## **OBJETIVOS**

- Verificar as evidências científicas envolvendo os aspectos que influenciam a amamentação entre mulheres trabalhadoras.
- Descrever os fatores positivos e negativos que influenciam na amamentação entre mulheres trabalhadoras,
- Identificar o papel do enfermeiro como promotor e incentivador do aleitamento materno no momento de retorno ao trabalho de mulheres que amamentam.

## **MATERIAIS E MÉTODO**

Trata-se de um estudo descritivo, que será realizado por meio de revisão bibliográfica e visa identificar as evidências científicas envolvendo os aspectos que influenciam a amamentação entre mulheres trabalhadoras. É uma revisão bibliográfica com objetivo em desenvolver e acoplar informações de literaturas com o mesmo tema proposto a fim de promover e colher informações e interpretar, buscando e analisando informações e colhendo base de levantamento estudos bibliográficos para obtenção do estudo final do projeto (FONTELLES *et al.*, 2009).

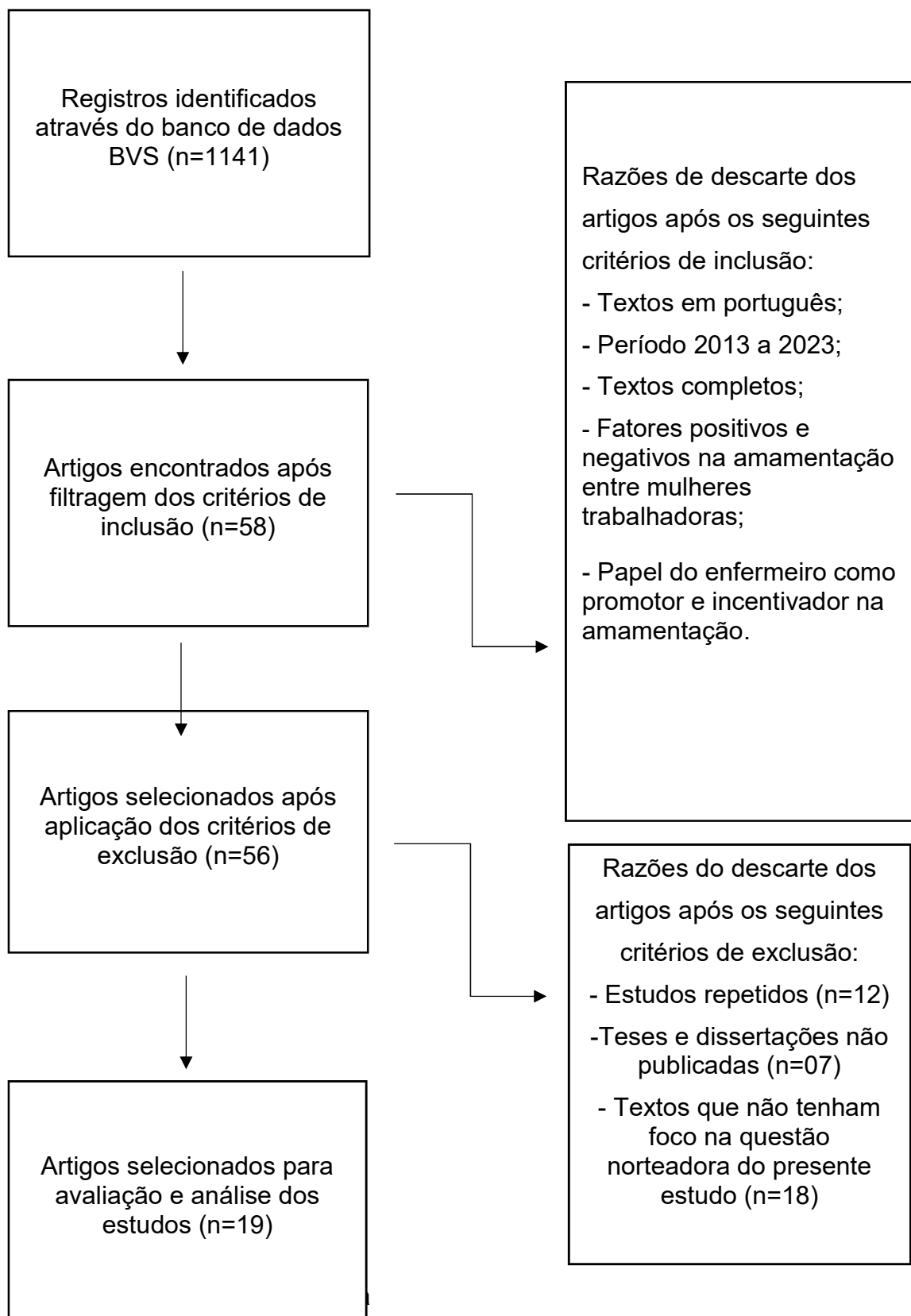
Foram utilizados os descritores “mulher trabalhadora” e “aleitamento materno”, “aleitamento materno” e “retorno ao trabalho”, “legislação” e “amamentação”, para a coleta de dados nas bases de dados do Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), para identificar estudos na temática supracitada.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro a abril de 2023, envolvendo estudos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais, disponíveis *online*, na íntegra, no idioma português, gratuitos, publicados nos últimos

10 anos. Foram excluídos os estudos não indexados em bases de dados, teses e dissertações não publicadas, além de textos que não tinham foco na questão norteadora do presente estudo.

Do cruzamento dos descritores “mulher trabalhadora *and* aleitamento materno” foram encontrados 523 artigos no total, utilizando os filtros, língua portuguesa, texto completo, artigos publicados nos últimos 10 anos, foram encontrados 23 artigos, destes, 4 eram repetidos, totalizando 19 artigos, destes 19 artigos, foi feita a leitura do resumo e do título, totalizando 15 artigos que tinham a ver com a temática estudada e foram selecionados para a leitura na íntegra. Para o cruzamento “aleitamento materno *and* retorno ao trabalho”, foram encontrados 113 artigos no total, utilizando os filtros, língua portuguesa, texto completo, artigos publicados nos últimos 10 anos, foram encontrados 19 artigos, destes, 7 eram repetidos, totalizando 12 artigos, destes 12 artigos, foi feita a leitura do resumo e do título, totalizando 12 artigos que tinham a ver com a temática estudada e foram selecionados para a leitura na íntegra. Para o cruzamento “legislação *and* amamentação”, foram encontrados 505 artigos no total, utilizando os filtros, língua portuguesa, texto completo, artigos publicados nos últimos 10 anos, foram encontrados 16 artigos, destes, 1 era repetido, totalizando 15 artigos, destes 15 artigos, foi feita a leitura do resumo e do título, totalizando 08 artigos que tinham a ver com a temática estudada e procedeu-se a leitura na íntegra (Fluxograma 1).

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos, Ribeirão Preto, 2023.



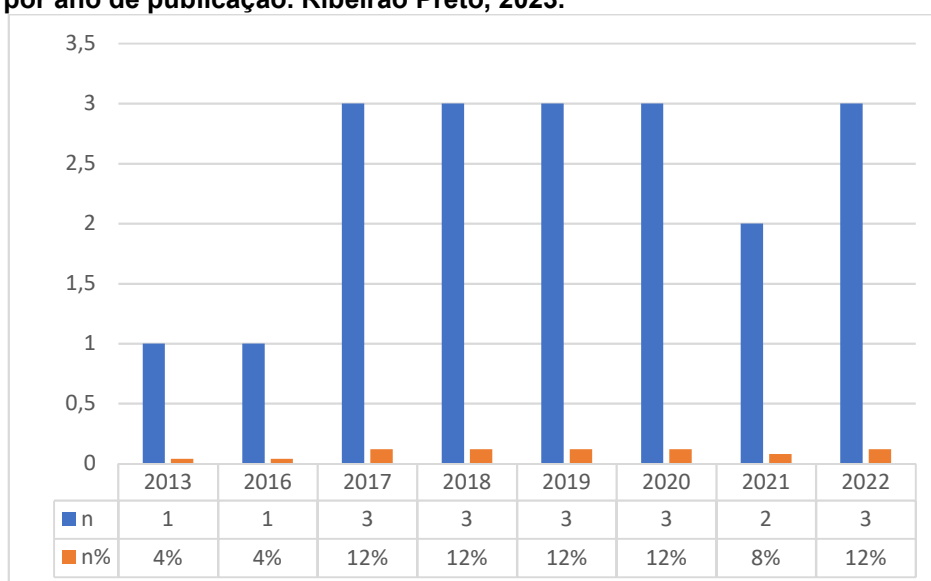
Após seleção da amostra, os autores fizeram a leitura dos estudos que envolviam os aspectos que influenciam a amamentação entre as mulheres trabalhadoras que amamentam, a fim de identificar fatores que podem influenciar positivamente o aleitamento materno, o que pode ser de impacto na redução do desmame precoce, além dos fatores que podem ter influência negativa na amamentação destas lactantes, tendo o enfermeiro como profissional referência na promoção e incentivo da amamentação.

Frente à amostra final, junto à leitura dos estudos selecionados (19), procedeu-se a categorização conforme os objetivos apresentados, buscando levantar os apontamentos da literatura acerca dos aspectos que exercem influência na amamentação entre as mulheres que trabalham.

## RESULTADOS

Visando identificar os estudos na literatura científica, os aspectos que influenciam a amamentação entre mulheres que trabalham, bem como o papel do enfermeiro como promotor e incentivador na continuidade do aleitamento materno dessas; o presente estudo utilizou 19 artigos, publicados entre 2013 e 2022. Entre os artigos selecionados, os anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2022 tiveram maior número de publicações, conforme evidencia o Gráfico 1.

**Gráfico 1- Distribuição de frequência e percentual de artigos científicos selecionados na base de dados, por ano de publicação. Ribeirão Preto, 2023.**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os trabalhos selecionados, foram encontrados por meio de busca no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), para identificar estudos na temática supracitada, e trazem os fatores positivos e negativos que influenciam na amamentação das mulheres que retornam ao trabalho, além do papel do enfermeiro como promotor e incentivador para a continuidade da amamentação nesse período.

Foi realizada síntese da amostra, ressaltando os principais resultados dispostos no quadro a seguir.

**Quadro 1 – Artigos científicos sobre os fatores positivos, negativos e o papel do enfermeiro como promotor e incentivador na amamentação entre as mulheres trabalhadoras, publicados entre os anos 2013 e 2022, segundo base de dados identificados. Ribeirão Preto, 2023.**

(Continua)

Ano da Publicação	Título	Autor	Objetivos	Contexto da obra
2013	Influência da prorrogação da licença maternidade para seis meses na duração do aleitamento materno exclusivo	FERREIRA <i>et al.</i> , 2013.	Analisar a influência da prorrogação da licença maternidade para seis meses na duração do AME das mães usuárias de um Centro de Educação Infantil (CEI).	Trata-se de um estudo de pesquisa descritiva exploratória quantitativa, que abordou 20 puérperas ao retorno ao trabalho após a licença maternidade de 180 dias, com resultado de que as mulheres tiveram oportunidade de amamentar seus filhos por muito mais tempo, sendo que no momento do retorno ao trabalho, este resultado teve o objetivo de regredir os resultados negativos como o desmame precoce.
2016	Implantação de salas de apoio a amamentação em empresas públicas e privadas: potencialidades e dificuldades	FERNANDES, <i>et al.</i> , 2016.	Conhecer a visão de gestores de empresas públicas e privadas, acerca das salas de apoio à amamentação, com vistas à sua implantação.	Pesquisa qualitativa, exploratória descritiva, com visão dos gestores de empresas públicas e privadas, relacionada a implementação de salas de apoio na amamentação, identificou que vários pontos negativos, como, financeiro, falta de espaço físico, conhecimento das leis de proteção as mulheres que amamentam, abordou o papel da enfermagem como ponto importante relacionada a estes aspectos, sobre a promoção, proteção e apoio familiar. O estudo abordou ações políticas e estratégicas para ter um avanço no cuidado da mulher em fase de amamentação, visando seus direitos trabalhistas.
2017	Trabalhadoras gestantes e lactentes: Impacto de agentes de risco ocupacional (ARO) no processo de gestação, no conceito e no lactente	PUSTIGLIONE, 2017.	Levantar o estado da arte, buscando informações sobre os agentes de risco ocupacional (ARO) para trabalhadoras gestantes e lactentes e seus impactos no conceito e no lactente e, em decorrência, construir um referencial teórico que possa fundamentar decisões técnicas, administrativas, políticas e legais.	Este estudo é uma revisão bibliográfica integrativa, teve como fator, identificar os tipos de agentes de risco ocupacional, sendo eles químico, biológico, psicossocial, organizacional e acidental, identificou altos índices de riscos para as gestantes e lactentes.

**Quadro 1 – Artigos científicos sobre os fatores positivos, negativos e o papel do enfermeiro como promotor e incentivador na amamentação entre as mulheres trabalhadoras, publicados entre os anos 2013 e 2022, segundo base de dados identificados. Ribeirão Preto, 2023.**

(Continuação)

Ano da Publicação	Título	Autor	Objetivos	Contexto da obra
2017	Percepção de mães cadastradas em uma estratégia saúde da família, sobre aleitamento materno exclusivo	MOURA <i>et al.</i> , 2017.	Analisar a percepção sobre aleitamento materno exclusivo das mães cadastradas em uma Estratégia Saúde da Família.	O estudo identificou que as mulheres pesquisadas, sabem e se mantêm informadas sobre o aleitamento materno exclusivo e sobre seus benefícios, o estudo também identificou que as mulheres mais jovens ou primíparas no momento do retorno ao trabalho e que estão na fase de amamentação, tem como maior probabilidade do desmame precoce, a falta de informações e vulnerabilidade nos serviços, preconceitos e medos diante de seu superior.
2017	Fatores que influenciam o desmame precoce	ALVARENGA <i>et al.</i> , 2017.	Identificar na literatura científica os principais fatores associados ao desmame precoce.	Estudo de revisão sistemática, tem por finalidade identificar os fatores que influenciam o desmame precoce, foram obtidas as causas dos desmame sendo eles: trabalho materno, chupeta, leite fraco industrial, trauma e dor mamilar, resultando em pontos negativos ao desmame precoce. Identificou que, os profissionais de saúde têm de aplicar uma atenção mais integrada e continuada para fortalecer e implementar os planejamentos e ações nas questões de amamentação, para enfim, fortalecer e melhorar a amamentação, qualidade e segurança para as mulheres trabalhadoras.
2018	Práticas de amamentação entre mulheres trabalhadoras com creche no local de trabalho	SANTOS <i>et al.</i> , 2018.	Descrever e analisar as práticas de aleitamento materno exclusivo entre mulheres trabalhadoras com creche no local de trabalho.	Refere-se sobre a licença a maternidade, como direito trabalhista e dever das empresas, teve como resultado, identificação das trabalhadoras, que não utilizam totalmente seus direitos trabalhistas sobre a amamentação. Relata que, se a lei fosse respeitada, a duração do aleitamento materno seria mais positiva.

**Quadro 1 – Artigos científicos sobre os fatores positivos, negativos e o papel do enfermeiro como promotor e incentivador na amamentação entre as mulheres trabalhadoras, publicados entre os anos 2013 e 2022, segundo base de dados identificados. Ribeirão Preto, 2023.**

(Continuação)

Ano da Publicação	Título	Autor	Objetivos	Contexto da obra
2018	Condutas de gestores relacionadas ao apoio ao aleitamento materno nos locais de trabalho	FERNANDES <i>et al.</i> , 2018.	Identificar as condutas de gestores relacionadas ao apoio ao aleitamento materno, realizadas em empresas públicas e privadas da região da Grande Florianópolis, Santa Catarina.	Este estudo teve principal fator de investigação, o aleitamento materno em seus locais de trabalho. Os principais pontos positivos foram, o reconhecimento do aleitamento materno e troca de informações na família, e os pontos negativos foram a falta de espaço no campo de trabalho, licença-maternidade em curto prazo. Incentivou a sensibilidade nas melhorias da gestão, investimentos, implementação de políticas públicas que apoiem as trabalhadoras e as assegurem de modo efetivo.
2018	Correlação entre políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno e amamentação: Estudo de caso de enfermagem em Florianópolis, uma capital ao sul do Brasil	MICHELOTO <i>et al.</i> , 2018.	Compreender como as políticas públicas em aleitamento materno, se fazem presentes entre as mães e os profissionais de enfermagem, interferindo em possibilidades e fragilidades ao incentivo a amamentação e seu prolongamento, na alimentação do bebê.	Resultados e apontamentos importantes sobre políticas públicas na área de aleitamento materno, com dados qualitativos com intuito de investigar os incentivos e reparo da amamentação.



2019	Manutenção do aleitamento materno no retorno ao trabalho	TORRES <i>et al.</i> , 2019.	Analisar as dificuldades e estratégias realizadas para a manutenção do aleitamento.	O estudo relata que o aleitamento materno durante os seis primeiros meses de vida é extremamente importante para a saúde da criança e seu desenvolvimento, destaca também que as mulheres (mães), precisam receber e adquirir conhecimentos sobre o armazenamento, importância do uso do leite materno. Os profissionais de saúde principalmente os enfermeiros que atuam na estratégia saúde da família tem papel fundamental e importante nas orientações das gestantes, puérperas, promovendo informações de fácil entendimento e inclusão de seus familiares e parceiro.
------	--	------------------------------	---	--

**Quadro 1 – Artigos científicos sobre os fatores positivos, negativos e o papel do enfermeiro como promotor e incentivador na amamentação entre as mulheres trabalhadoras, publicados entre os anos 2013 e 2022, segundo base de dados identificados. Ribeirão Preto, 2023.**

(Continuação)

Ano da Publicação	Título	Autor	Objetivos	Contexto da obra
2019	Programa de incentivo ao aleitamento materno em creches de Curitiba-PR: percepção de profissionais da educação infantil	SANTOS <i>et al.</i> , 2019.	Verificar a percepção de profissionais da educação infantil, quanto ao programa de incentivo ao aleitamento materno em creches do município de Curitiba-PR.	Identificou a duração do tempo ao aleitamento materno e o incentivo, o local que foram aplicadas as entrevistas, obteve um ponto positivo, pois são incentivadores no aleitamento materno, foi criado um programa de fortalecimento e incentivo para a amamentação chamado de Programa Mama Nenê, com local apropriado, confortável para as mães amamentarem.

2019	Maternidade e trabalho: as empresas apoiam o cuidado a saúde materna e infantil?	JUCHEM <i>et al.</i> , 2019.	Analisar a percepção de trabalhadoras sobre a participação das empresas na garantia do cuidado no pré-natal e amamentação.	Estudo qualitativo, que realizou análise de conteúdo de entrevistas a gestantes e nutrizas de um município, revelou que as empresas estão disponibilizando apoio às trabalhadoras durante sua fase de gestação, pré-natal, pós-parto e amamentação, aponta as necessidades que elas necessitam como, apoio da família, profissionais de saúde e local de trabalho, principalmente após a licença maternidade. Mesmo com legislação trabalhista apoiando o aleitamento materno, ainda não é garantido uma boa qualidade da amamentação exclusiva, um dos motivos é a parte financeira, pois voltam a trabalhar por necessidade, mesmo sem poder continuar a amamentação e seguem o passo a passo dos cuidados prescritos e orientados pelos profissionais de saúde, que são necessários na qualidade da mãe e do recém-nascidos.
2020	Vivência relacionadas ao aleitamento materno e sua interrupção precoce	SANTOS <i>et al.</i> , 2020.	Compreender a vivência em relação ao aleitamento materno e sua interrupção precoce entre nutrizas, em um serviço de atenção básica à saúde, de um município na Bahia.	Este estudo relata o momento do ato de amamentar com foco de identificar as dificuldades relacionadas a interrupção precoce da amamentação, identificou também a importância dos profissionais de saúde no momento das orientações adequadas durante o período pré-natal e puerpério. Este estudo teve como objetivo, identificar informações e ações a prática do aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida.

**Quadro 1 – Artigos científicos sobre os fatores positivos, negativos e o papel do enfermeiro como promotor e incentivador na amamentação entre as mulheres trabalhadoras, publicados entre os anos 2013 e 2022, segundo base de dados identificados. Ribeirão Preto, 2023.**

(Continuação)

Ano da Publicação	Título	Autor	Objetivos	Contexto da obra
2020	Intenção de amamentar, duração do aleitamento materno e motivos para desmame	AMARAL <i>et al.</i> , 2020.	Avaliar a intenção materna de amamentar, duração do aleitamento materno até os 24 meses de vida e os motivos para o desmame no primeiro ano de vida.	Embora este estudo tenha indicado a intenção de amamentar e sua duração de amamentação na amostra estudada, resultou em ponto negativo pois, mostrou alto índice de desmame precoce, o que indica a necessidade das políticas públicas do apoio ao aleitamento materno.

2020	Impacto dos aspectos institucionais no aleitamento materno em mulheres trabalhadoras	NARDI <i>et al.</i> , 2020	O objetivo deste artigo é revisar sistematicamente estudos que avaliaram a associação entre aspectos institucionais, aleitamento materno e aleitamento materno exclusivo em mulheres trabalhadoras.	É uma revisão sistemática da literatura, que teve por finalidade, propor intervenções no trabalho, para obter melhorias e mudanças nas políticas da empresa, com foco de incentivar e proteger a amamentação, essas implementações são de baixos custos, identificou pontos positivos para melhoria na amamentação e no vínculo entre mãe e filho. No estudo ele relata que as palavras amamentação e trabalhos são obstáculos que podem causar o desmame precoce, mas o papel dos empregadores é respeitar e apoiar as mulheres trabalhadoras na fase que ela está submetida, como simples fato de ajudar em questão do local, melhorias no ambiente, promovendo a continuidade de oferta do leite materno para as crianças.
2021	Fatores associados a continuidade do aleitamento materno por 12 meses ou mais em mulheres trabalhadoras de um hospital geral	MENDES <i>et al.</i> , 2021.	O objetivo deste estudo é identificar fatores associados à continuidade da amamentação por 12 meses ou mais em mulheres trabalhadoras.	É um estudo transversal onde foram entrevistadas 251 trabalhadoras de um hospital, onde concluiu-se que, os fatores que aplicavam diretamente as mulheres na fase de amamentação negativamente, foi a falta de continuidade na amamentação por 12 meses ou mais, sendo um dos motivos, a falta de benefícios oferecidos pela instituição como licença a maternidade de 6 meses.

**Quadro 1 – Artigos científicos sobre os fatores positivos, negativos e o papel do enfermeiro como promotor e incentivador na amamentação entre as mulheres trabalhadoras, publicados entre os anos 2013 e 2022, segundo base de dados identificados. Ribeirão Preto, 2023.**

(Continuação)

Ano da Publicação	Título	Autor	Objetivos	Contexto da obra
2021	Avaliação do impacto de intervenção educativa em farmácias com promoção comercial de produtos que competem com o aleitamento materno	RODRIGUES <i>et al.</i> , 2021.	Avaliar o impacto de uma intervenção educativa sobre o cumprimento da Lei em farmácias.	Refere-se a uma intervenção educativa que teve como importância, melhorar os conceitos da norma brasileira de comercialização de alimentos para lactantes, que teve como objetivo, reduzir o número de farmácias que infringiram as normas, este estudo teve como principal ideia, ofertar maior conhecimento sobre a norma brasileira de comercialização de alimentos lactantes, promover garantia, seguro e controle para o aleitamento. O Artigo refere que as práticas comerciais são muito complicadas de serem alteradas ou editadas, devido um grande interesse nas empresas industriais e na própria rede, que visam apenas o lucro e marketing.
2022	Acolhimento e desafios no retorno ao trabalho, após a licença a maternidade em uma instituição	RODRIGUES <i>et al.</i> , 2022.	Analisar os sentimentos e dificuldades de mães no retorno da licença-maternidade e a percepção do acolhimento institucional.	Um estudo qualitativo, com participação de 40 mães trabalhadoras, que foram inseridos a elas, um questionário com análise quantitativa descritiva, com resultado porcentual de 42,5% com sentimentos difíceis.
2022	Ocupação materna e duração do aleitamento materno exclusivo	RIBEIRO <i>et al.</i> , 2022.	Analisar que características da ocupação materna estão associadas à interrupção do AME do quarto até o sexto meses de vida da criança.	Estudo sobre o período da amamentação materna entre o período de trabalho, esforços físicos das mulheres, suas dificuldades, estudo de amostra onde visou a cidade de São Luís do Maranhão, Brasil, sobre os índices da carga horária de trabalho, (período de trabalho), que teve como abrangência uma carga muito maior em mulheres trabalhadoras que trabalham em pé, prejudicando corpo físico e trazendo em si um fator negativo para o desmame precoce.

**Quadro 1 – Artigos científicos sobre os fatores positivos, negativos e o papel do enfermeiro como promotor e incentivador na amamentação entre as mulheres trabalhadoras, publicados entre os anos 2013 e 2022, segundo base de dados identificados. Ribeirão Preto, 2023.**

(Conclusão)

Ano da Publicação	Título	Autor	Objetivos	Contexto da obra
2022	A influência do retorno ao trabalho no aleitamento materno de trabalhadoras da enfermagem	ALMEIDA <i>et al.</i> , 2022.	Analisar a influência do retorno ao trabalho de mães trabalhadoras da enfermagem no aleitamento materno.	Realizado por um estudo qualitativo, utilizando formulários semiestruturados, os dados resultantes mostraram que, os principais motivos para a diminuição no tempo da amamentação foi, a falta de participação do chefe e colegas de trabalhos, falta de local apropriado para ordenha de leite materno, sobrecarga.

Fonte: Elaborado pelos autores.

### *Fatores positivos que influenciam na amamentação entre as mulheres trabalhadoras*

Os estudos apontados por esta revisão, identificaram os fatores que podem influenciar a amamentação entre mulheres trabalhadoras de forma positiva a saber: legislação – incluindo a ampliação da licença maternidade, a assistência pré-natal e as Salas de apoio à amamentação. A seguir, cada item será explorado com detalhes.

#### *Legislação*

Rodrigues e colaboradores (2022), pontuaram a importância na relação de acolhimento nos locais de trabalho, discutida pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) em suas recomendações que sugerem pausas adequadas para o aleitamento materno após o retorno da licença maternidade.

No estudo de Santos e colaboradores (2018), observou-se que, a legislação trabalhista que visa proteger, promover e apoiar a amamentação, e a real fruição desses direitos pelas participantes do estudo, foi a importância da creche no local de trabalho, bem como a necessidade do desenvolvimento de ações executadas tanto pelas empresas quanto pela própria creche, que levem em consideração os fatores associados à menor duração do AME, podendo possibilitar a continuidade da amamentação.

A ampliação da licença maternidade de 120 para 180 dias, a criação de salas de apoio à amamentação, e as adequações relacionadas à creche, são pontos positivos para assegurar a continuidade da amamentação após o retorno ao trabalho, entre elas podemos citar: a ampliação do número de vagas para atender de modo universal as mulheres trabalhadoras da empresa, a criação de um espaço específico e acolhedor para que as puérperas possam amamentar, a capacitação da equipe de profissionais da creche no que diz respeito ao manejo do leite humano e a oferta de líquidos no copo ao invés da mamadeira, bem como a respeito dos prós e contras do uso de bicos artificiais (FERNANDES *et al.*, 2016).

Foi realizada uma pesquisa, com mulheres trabalhadoras em fase de amamentação, e esse estudo identificou, que a população entrevistada, possui condições ideais no período de amamentação, como idade adequada, escolaridade concluída, união estável do parceiro e família, com resultados significantes como

duração de tempo de 6 meses ou mais na amamentação exclusiva, devido a licença a maternidade de 180 dias, identificou-se que, após o retorno ao trabalho, com o vencimento da licença a maternidade, obteve como indução, a diminuição da amamentação materna, devido à falta de tempo e incentivo nas empresas, facilitando a introdução de alimentos complementares, devido ao fato das mulheres terem apenas 180 dias exclusivamente na amamentação (FERREIRA *et al.*, 2013).

### *Assistência ao pré-natal*

No estudo de Juchem e colaboradores (2019), acredita-se que, a assistência do pré-natal adequada na gestação é fundamental na promoção do aleitamento materno. Durante os períodos das consultas, as mulheres recebem orientações e informações necessárias sobre os benefícios da amamentação como o desenvolvimento adequado do recém-nascido, proteção de doenças e infecções, promoção do vínculo da mãe e bebê.

Ainda nas consultas, são orientadas e informadas sobre as técnicas corretas de amamentação, posicionamento correto do bebê para garantir uma boa pega, e todas as informações necessárias para tornar as mulheres mais confiantes e preparadas para amamentar seu filho ao nascer (JUCHEM *et al.*, 2019).

O enfermeiro tem papel fundamental para avaliar e encaminhar para o (a) especialista (ginecologista ou pediatra), quando identifica fatores de risco que podem afetar diretamente a mãe e a criança relacionados a amamentação ou outras condições médicas, e é nesse período, que ele se aproxima da sua paciente, conhecendo sua história de vida, sua rotina de trabalho, e os problemas futuros que essa mulher pode ter na continuidade da amamentação após retornar ao trabalho, para que medidas sejam tomadas para propor e promover condições melhores de qualidade de vida para a mãe e para o filho, e que não haja nenhuma interrupção na amamentação do recém-nascido (TORRES *et al.*, 2019).

O pré-natal oferece também, oportunidades de discutir sobre as dúvidas mantidas das mulheres, sobre os benefícios do leite materno, incentivar os parceiros e familiares para que o apoio e incentivo se estendam a eles. As orientações oferecidas neste período podem contribuir com a continuidade da amamentação no futuro, sobretudo no momento de retorno ao trabalho (TORRES *et al.*, 2019).

### *Sala de apoio*

O apoio no local de trabalho é importante para a continuidade da amamentação, tendo em vista a necessidade de se ter um guia de acolhimento e incentivo ao aleitamento na instituição. Sobre as considerações na pandemia e o trabalho remoto, muitas puérperas relataram este período como fator relevante de suas fragilidades e sentimentos, como medo em relação ao vírus, identificaram uma oportunidade por meio do *home office* de estarem mais próximas de seus filhos, facilitando a amamentação e o vínculo afetivo familiar (RODRIGUES *et al.*, 2022).

Em relação a amamentação, foi possível perceber que as empresas cumpriram a legislação oferecendo espaços no local de trabalho para o aleitamento materno, porém, isso não está sendo suficiente para garantir um aleitamento materno de qualidade. As perdas financeiras e os benefícios interrompidos, induzem as nutrizes a não seguirem os cuidados prescritos pelos profissionais, principalmente em gestantes com complicações e de alto risco (JUCHEM *et al.*, 2019).

No estudo de Micheloto e colaboradores (2018), identificou-se que as puérperas que não trabalham ou que desfrutaram do direito à licença maternidade, amamentaram por mais tempo, pois a constituição garante a licença à gestante sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 6 meses tanto para as trabalhadoras da esfera privada quanto para as públicas, e o apoio no local de trabalho é importante para a continuidade da amamentação, sendo necessário o acolhimento e incentivo ao aleitamento na instituição.

No estudo de Fernandes e colaboradores (2018), foi abordado as facilidades nas instalações dessas salas para amamentação pois, não há necessidade de alta tecnologia, viável por não necessitar de profissionais capacitados, não precisar de amplo espaço físico, devido ao número de trabalhadoras que amamentam, ou seja, um investimento viável para as empresas, sendo possível a adequação de sala para essa finalidade e incluí-la em planejamentos futuros de novas edificações.

As empresas familiares, são mais sensíveis ao apoio à amamentação, aderindo com maior facilidade na implementação e de outras ações de apoio no ambiente de trabalho. Através da promoção e do apoio dos gestores pode-se influenciar o tempo em que a mulher amamenta, contribuindo para uma melhoria da saúde da mãe e seu



bebê. Isso também poderia reduzir as faltas ao trabalho, aumentar a produtividade, a permanência e a satisfação das trabalhadoras (FERNANDES *et al.*, 2018).

Há um reconhecimento de que a implantação de sala de apoio à amamentação envolve custos baixos e que a consciência de sua importância, por parte de gestores, da sociedade e das mulheres, contribuirá para a sua efetivação (ALMEIDA *et al.*, 2022).

Com local apropriado e respeito a legislação, a continuação da amamentação, pelo período recomendado após o retorno ao trabalho, como a criação de salas de apoio, obteve pontos positivos em proporcionar maior tempo afetivo, menor tempo de separação entre o filho e a mãe, resultando maior produção de leite e vínculo entre mãe e filho (NARDI *et al.*, 2020).

A interação entre trabalho e amamentação, pode apresentar obstáculos que podem causar o desmame precoce, e o empregador tem um papel importante no apoio as mulheres trabalhadoras, oferecendo as mudanças necessárias no ambiente de trabalho, proporcionando um local apropriado e confortável, sem preconceitos, garantidos por lei, para que essa mãe possa amamentar após a licença maternidade, pelo período ideal de 6 meses até 2 anos (NARDI *et al.*, 2020).

A disponibilidade de creches, como o modelo criado em Curitiba, do Programa Mama Nenê, realizado em 40 creches da cidade, com incentivo de promover o aleitamento materno, teve resultado positivo na duração do aleitamento materno (SANTOS *et al.*, 2019).

Este estudo identificou também pontos negativos, devido à falta de interesse e disponibilidade das mulheres após a matrícula dos filhos, falta de divulgação das creches sobre o programa Mama Nenê, falta de informações dos profissionais sobre a importância em continuidade da amamentação e seus benefícios na criança e para mães (SANTOS *et al.*, 2019).

Com a criação da legislação, para a mulher trabalhadora na fase de amamentação, como garantias de proteção no emprego, desde o período de gestação até o retorno após a licença maternidade, apoio a prática do aleitamento, garantia da empresa ao apoio e necessidades após a licença maternidade, como a criação de salas de apoio à amamentação, promovendo conforto e valorização das necessidades das mulheres, foram fatores positivos para a continuidade da amamentação após o retorno ao trabalho (BRASIL, 2015).

A criação de salas de apoio tem sido de extrema importância, pois é uma forma de ajudar a mulher na fase de amamentação, promovendo a continuidade do vínculo afetivo entre mãe e criança, tão necessário nesses primeiros meses de vida, um ambiente seguro e confortável, adequado para coleta e armazenamento do leite. É fundamental ter apoio do empregador para criar maior conforto para a mulher nesta fase importante, o estudo também identificou que as empresas e o empregador podem abordar o sistema de reembolso-creche (PUSTIGLIONE, 2017).

#### *Fatores negativos que influenciam na amamentação entre mulheres trabalhadoras*

Os estudos apontados por esta revisão, identificaram como fatores negativos para a amamentação entre as mulheres trabalhadoras, a ansiedade, medo e insegurança; aspectos relacionados ao desmame precoce, a falta de apoio das empresas e de conhecimento de leis que garantem o período de amamentação, causando o desmame precoce.

#### *Ansiedade, medo e insegurança*

Entre os aspectos que influenciam negativamente a amamentação das mulheres trabalhadoras, foi observado que, as puérperas relatam medo e insegurança no retorno ao trabalho, entre os fatores destaca-se: deixar seus filhos com pessoas estranhas, o despreparo da empresa por não ter sala apropriada para amamentação, com privacidade para ordenha (RODRIGUES *et al.*, 2022).

O estudo de Rodrigues e colaboradores (2022) evidenciou que as puérperas sentiam desconforto nos seios próximo da hora da amamentação, observou os sentimentos negativos em relação ao retorno ao trabalho, ritmo acelerado, sensação de cansaço e sobrecarga física e mental, falta e privação do sono e excesso de cobranças no ambiente de trabalho. O retorno ao trabalho foi considerado difícil ou ruim para a maioria com sentimento de culpa, ansiedade e preocupação, pois elas têm medo de ser desprivilegiadas na sociedade empresarial.

Durante o período da amamentação, as mulheres frequentemente experimentam a ansiedade em diversos aspectos, período visto de preocupações e incertezas, tais como: “Será que conseguirei amamentar meu filho corretamente?”, “o

local onde trabalho é seguro pra amamentar?”, “Será que estou oferecendo a quantidade necessária para meu filho?”, pensamentos variados que podem gerar ansiedade, angústia durante a fase de amamentação, destacando a importância da equipe de enfermagem, apoio familiar e do apoio empresarial em trabalhar conjuntamente para garantir maior segurança e qualidade de vida tanto para mães quanto para os filhos (SANTOS *et al.*, 2020).

A literatura evidenciou a presença da ansiedade sobre a qualidade do leite sobretudo, os momentos na fase de amamentação como, leite fraco, momento que o leite seca na amamentação, insatisfação da criança pelo choro devido pouco leite ofertado, sobretudo isso identificou que traz consigo mesmo ansiedade pelo fato de amamentar corretamente (SANTOS *et al.*, 2020).

### *Vínculo empregatício*

A literatura evidenciou como fatores negativos, que podem influenciar na amamentação, fatores associados ao vínculo empregatício, renda familiar baixa, idade materna, tabagismo, depressão, paridade, dificuldades para amamentar, não morar com companheiro, indução do trabalho de parto, inexperiência da mãe, posicionamento inadequado, menos de seis consultas de pré-natal (ALVARENGA, *et al.*, 2017).

O trabalho materno foi o fator que mais favoreceu o desmame precoce, pois as puérperas muitas vezes trabalham para ajudar nas despesas de casa e outras assumem o papel de chefes de família. Assim, por necessidade financeira, são conduzidas a trabalhar fora de casa e deixam de amamentar exclusivamente seus filhos (ALVARENGA, *et al.*, 2017).

Portanto, Alvarenga e colaboradores (2017) relatam que, o fato de o empregador não conhecer as leis referentes à mulher que amamenta, faz com que não proporcione às mães um local apropriado para ordenha, além de não oferecer condições necessárias para a guarda do filho. Esses são fatores que merecem atenção em relação aos direitos e deveres da trabalhadora.

Em um estudo, na cidade de São Luiz, Brasil, em 2010, identificou-se que, as mulheres em fase de aleitamento materno, no período de trabalho de 8 horas diárias, tiveram maior proporção de interromper a amamentação, devido à dificuldade de um

trabalho com muitas horas longe do bebê, trazendo prejuízo na duração da amamentação no período recomendado, e a falta de informações viáveis sobre a licença maternidade, comparada as mulheres sem trabalho (RIBEIRO *et al.*, 2022).

As mulheres que trabalham em empresas de pequeno porte, não têm apoio à amamentação no ambiente de trabalho, como também as mulheres com vínculo temporário, jornada de trabalho muito longa, são fatores desfavoráveis, contribuindo para o desmame precoce (RIBEIRO *et al.*, 2022).

A maior participação das mulheres em fase de amamentação no mercado de trabalho e o curto prazo do período de licença maternidade, são fatores que podem aumentar o desmame precoce, no período de 6 meses a 12 meses de vida da criança, período que essa mulher retorna ao trabalho após a licença maternidade, a falta de tempo no período de trabalho, a inserção das crianças em creches, a diminuição da produção de leite materno devido aos longos períodos sem amamentar ou ordenhar, foram as principais dificuldades relatadas pelas mães. Identificou-se que, um quarto das crianças teve a amamentação suspensa após os 6 meses de vida (AMARAL *et al.*, 2020).

O estudo de Amaral e colaboradores (2020) expressa a necessidade de ampliar as políticas públicas de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno durante o período de trabalho, para incentivar e facilitar a prática enquanto estão empregadas. O estudo destaca ainda, a importância de instituir políticas para atender a demanda e ofertar suporte e condições necessárias para proporcionar momentos satisfatórios e tranquilos.

### *Falta de apoio nas empresas*

Os estudos evidenciaram fatores dificultadores para a continuidade da amamentação, tais como, falta de apoio dos chefes e colegas de trabalho, ambientes sem qualidade apropriada de trabalho, falta de local e tempo adequado para ordenha do leite materno, diminuição na produção de leite por fatores inerentes ao trabalho, exaustão pela dupla jornada de trabalho devido serviços domésticos, curto período da licença maternidade, não respeitando os seis meses recomendados, não adesão ao Programa Empresa Cidadã (MENDES *et al.*, 2021).

Juchem e colaboradores (2019) identificaram que as puérperas usuárias do SUS, tem maior vulnerabilidade e maior número de intercorrências; o autor identificou dificuldades que essas puérperas encontram ao fazer o acompanhamento do pré-natal; devido ao trabalho, poucas empresas fornecem apoio a essas gestantes durante as consultas de pré-natal. Outro fator negativo encontrado pelo autor, foi na apresentação do atestado médico, a perda de benefícios oferecidos pela empresa, como o auxílio-alimentação e o prêmio de participação nos lucros da empresa, sendo um ponto negativo para incentivar o desmame precoce, pois no momento que essa mãe tem sua vida financeira alterada pela chegada de mais um membro na família, a empresa corta ou diminui seus benefícios em razão de atestados médicos.

Devido à falta de apoio no local de trabalho, a área técnica de saúde da criança e aleitamento materno, do Ministério da Saúde, fortaleceu e expandiu a estratégia de apoio à mulher trabalhadora que amamenta, uma ação destinada a criar nas empresas públicas e privadas uma cultura de respeito e apoio à amamentação como forma de promover a saúde da mulher trabalhadora e de seu bebê, incentivando a puérpera na continuidade da amamentação para que a mesma se sinta mais tranquila e disposta para a realização de suas tarefas profissionais (JUCHEM *et al.*, 2019).

O estudo de Fernandes e colaboradores (2016), menciona a importância de orientações aos gestores e trabalhadoras sobre como proceder com a continuidade da amamentação dentro da empresa, demonstrando a necessidade de um maior envolvimento dos profissionais de saúde em relação ao apoio ao aleitamento materno no contexto das empresas públicas e privadas. Apesar dos gestores possuírem alta escolaridade, alto poder de decisão e maturidade pessoal e profissional, todos desconheciam a orientação do Ministério da Saúde de implantação das salas de apoio à amamentação, além de desconhecerem alguns tipos de apoio à trabalhadora que amamenta.

De acordo com Fernandes e colaboradores (2016), as mulheres que amamentam, além de manifestarem a falta de privacidade, relataram as dificuldades de pausas para realizar a ordenha do leite. Foi verificado que, o declínio da duração da amamentação, é menor para a mulher que tem uma jornada de trabalho parcial em relação ao retorno da mulher ao trabalho em tempo integral.

Verificou-se que as empresas não estão adotando o Programa Empresa Cidadã, que beneficia o aumento de 120 para 180 dias a licença maternidade das

suas trabalhadoras, aumenta de 5 para 20 dias a licença paternidade, em contrapartida, ganham isenções fiscais como benefício do governo. Talvez não tenha feito a adesão por falta de conhecimento (FERNANDES *et al.*, 2016).

### *Falta de conhecimento*

A falta de conhecimento, é um dos pontos negativos que acomete a maioria das mulheres trabalhadoras. Os estudos revelam a falta de conhecimento de algumas mães e profissionais de saúde sobre as políticas públicas em aleitamento materno, presente no município e nas Unidades de Saúde, como por exemplo, os bancos de leite humano, a iniciativa do Hospital Amigo da Criança, o projeto Mãe Canguru, a rede Amamenta Brasil e Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (MICHELOTO *et al.*, 2018).

As mulheres jovens na fase de amamentação, apresentam maior fator de falta de conhecimento, sendo a falta de paciência, de tempo, ou a preocupação com o corpo, faz com que diminuam o aleitamento materno exclusivo, mesmo com papel fundamental das equipes de saúde no incentivo a prática da amamentação, identificou-se que, no momento das consultas, as informações são inadequadas e insuficientes para as mulheres jovens, sendo necessário a melhoria da comunicação, para a redução do desmame precoce para essa faixa etária de mães trabalhadoras (MOURA *et al.*, 2017).

O período de aleitamento materno no Brasil, está muito inferior do nível ideal, devido aos fatores de falta de informações corretas e concretas, de assistência no pré-natal, baixa escolaridade, período de trabalho, falta de ajuda no pós-parto (RODRIGUES *et al.*, 2021).

### *O papel do enfermeiro como promotor e incentivador do aleitamento materno no retorno ao trabalho*

Os enfermeiros são fundamentais no incentivo e promoção da amamentação, as orientações de fácil compreensão, incluindo seus parceiros e familiares, no período gestacional e puerperal são de extrema importância, trazendo de forma educativa, os métodos de prevenção e promoção da saúde no que se diz respeito a amamentação,

aceitando os saberes populares e técnico-científico numa integração de maneira horizontal (FERNANDES *et al.*, 2018).

O enfermeiro tem um papel importante na atenção básica à saúde da mulher e do bebê, por meio da viabilização dos programas de atenção à saúde, ações desenvolvidas desde o acolhimento até a consulta de enfermagem, com intervenções de melhorias que favorecem habilidades essenciais na segurança da mulher no retorno ao trabalho. Este profissional irá atuar na política nacional de atendimento integral à saúde da mulher, destacando-se na importância da promoção da amamentação, avaliando os fatores que possam afetar na continuidade desta (FERNANDES *et al.*, 2018).

A atuação do enfermeiro contribui para uma assistência qualificada quando ele se envolve no cuidado com a mãe e o bebê, com orientações sobre as políticas favoráveis à amamentação no local de trabalho, intervenção eficaz de promoção da prática, evitando o desmame precoce e garantindo a esta mulher, confiança na continuidade do aleitamento materno (FERNANDES *et al.*, 2018).

Alvarenga e colaboradores (2017) destacam a importância da assistência de enfermagem no puerpério imediato, uma vez que as mulheres participantes do estudo relataram que passaram por dificuldades, às vezes de fácil solução, mas nos casos em que não houve apoio e incentivo, acabaram por abandonar a amamentação.

Dentro desse contexto, os estudos mostram que o apoio dos enfermeiros se torna fundamental, pelo fato de estar lidando diretamente com a mulher, tanto no auxílio quanto no cuidado, promovendo uma assistência integral à saúde. Sendo assim, é dever dos enfermeiros ofertar informações sobre a legislação às mulheres trabalhadoras lactantes, para facilitar na manutenção da amamentação. Esses conhecimentos auxiliam a mãe trabalhadora a lutar pelos seus direitos, exigindo que seus benefícios sejam aplicados pelas empresas, evitando intercorrências e garantindo confiança e segurança na promoção do aleitamento materno (FERNANDES *et al.*, 2018).

Faz-se necessário que o enfermeiro esteja incorporado às diretrizes da Atenção Básica, sendo a longitudinalidade do cuidado a oportunidade para fortalecer as ações de apoio e incentivo à amamentação; uma vez que este profissional se destaca por sua empatia, atendimento planejado e sistemático, o que fortalece o vínculo com a

mulher e permite melhor adaptação diante das modificações ocorridas envolvendo à amamentação e retorno às atividades laborais (TORRES *et al.*, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o presente trabalho, identificou fatores positivos e negativos que influenciam na amamentação entre as mulheres trabalhadoras e o papel do enfermeiro nesse processo como promotor e incentivador, os estudos citados mostraram que, os fatores positivos para a continuidade da amamentação após o retorno ao trabalho, está diretamente ligado ao apoio familiar, das empresas, e a legislação. Podemos observar que, se essas mulheres recebem apoio familiar nos afazeres domésticos, no cuidado com o recém-nascido, elas estão mais dispostas a continuar a amamentação mesmo após a rotina de trabalho externo.

O apoio das empresas, oferecendo salas de apoio, para que essa mãe possa amamentar ou ordenhar seu leite para posterior amamentação, fez aumentar o tempo que essa criança recebe leite materno, como também, oferecer conforto e disponibilidade de tempo para que elas possam realizar a ordenha.

As empresas que participam do Programa Empresa Cidadã, trazem outro ponto positivo para a continuidade da amamentação, pois aumentam o prazo tanto da licença maternidade de 120 para 180 dias, como a licença paternidade que aumenta de 5 para 20 dias, muito importante nessa fase, proporcionando mais apoio familiar e tempo para essa mãe permanecer com seu filho na fase de amamentação.

Quanto à legislação, a mulher que amamenta, tem direito através do art. 396 da CLT, a dois descansos especiais de meia hora cada um, para poder amamentar seu filho, até que ele complete 6 meses de idade, e obriga as empresas com mais de 30 funcionárias em idade fértil, a possuir salas de apoio, cozinha dietética, berçário e instalação sanitária para amamentação.

O enfermeiro tem grande papel positivo como promotor e incentivador na fase de amamentação, ele deve orientar desde a gestação até o puerpério quanto aos benefícios do leite materno para os lactentes, explicando todas as propriedades que ele possui e são insubstituíveis, além de promover a saúde do binômio com consultas mensais para acompanhar o desenvolvimento da criança, e orientar a mãe no processo da amamentação e ordenha.



Em relação aos fatores negativos, foi identificado na amamentação entre mulheres trabalhadoras: ansiedade, medo, insegurança, tipo de vínculo empregatício, falta de apoio nas empresas e falta de conhecimentos.

Na ansiedade, se relaciona à preocupação intensa quanto ao retorno para o trabalho, medo e insegurança em deixar seus filhos com pessoas estranhas, o despreparo das empresas por não terem sala apropriada para amamentação, privacidade para ordenha.

O medo de que seus filhos passem por alguma necessidade, leva a mãe muitas vezes a trabalhar para ajudar nas despesas de casa, e outras assumem o papel de chefes de família por necessidade financeira, com isso, deixam de amamentar exclusivamente seus filhos. Tal fator foi considerado um momento difícil pois as mães sentem culpa, e medo de serem desprivilegiadas na sociedade empresarial e familiar.

O desmame precoce está relacionado a renda familiar baixa, dificuldades para amamentar, não morar com companheiro, falta de apoio familiar, o despreparo das empresas com salas para amamentação, falta de apoio dos chefes e colegas de trabalho, ambientes sem qualidade apropriada para ordenha do leite materno, diminuição na produção de leite por fatores inerentes ao trabalho, dupla jornada de trabalho devido serviços domésticos, curto período da licença maternidade, não respeitando os seis meses recomendado, não adesão ao Programa Empresa Cidadã.

Outro fator negativo, foi na apresentação do atestado médico devido as consultas de pré-natal, puerpério e pediatria, onde as empresas descontam os benefícios das mães, como o auxílio-alimentação e o prêmio de participação nos lucros da empresa, sendo um ponto negativo para incentivar o desmame precoce.

A falta de conhecimento de algumas mães e profissionais de saúde sobre as políticas públicas em aleitamento materno, presente no município e nas UBS, interfere na continuidade deste acompanhamento por não participarem dos programas que estão disponíveis nas redes de saúde como por exemplo, os bancos de leite humano, a iniciativa do Hospital Amigo da Criança, o projeto Mãe Canguru, a rede Amamenta Brasil e estratégia Amamenta e Alimenta Brasil.

O papel do enfermeiro destaca-se nas consultas de pré-natal, momento relevante para conscientizar e informar as mães da importância do aleitamento materno, sobre os programas e benefícios que estão disponíveis nas redes,

orientação sobre seus direitos de amamentar seu filho no local de trabalho, para se sentirem mais confiante e seguras em relação a amamentação.

Este estudo verificou que, o apoio dos familiares, dos empregadores e o cumprimento e melhoria das leis que protegem mãe e bebê, são essenciais para a continuidade do aleitamento materno, sendo o enfermeiro promotor e incentivador desta prática, além de ter papel fundamental no acompanhamento e nas orientações para que esse direito a saúde não seja prejudicado, em seguida, identificar os elementos que interferem na continuidade da amamentação após o retorno ao trabalho, para reduzir tais fatores e assegurar seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. N. *et al.* A influência do retorno ao trabalho no aleitamento materno de trabalhadoras da enfermagem. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/Xb86bVVvyYvddwnbkSQyrMj/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ALVARENGA, Sandra Cristina *et al.* Fatores que influenciam o desmame precoce. **Aquichan**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 93-103, 1 fev. 2017. Universidad de la Sabana. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1657-59972017000100093](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-59972017000100093). Acesso em: 27 mar. 2023.

AMARAL, S. A. DO. *et al.* Intenção de amamentar, duração do aleitamento materno e motivos para o desmame: um estudo de coorte, Pelotas, RS, 2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 1, p. e2019219, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/BGdhDp36gfNgcxcrccWs8rw/?lang=pt#>. Acesso em: 15 maio 2023.

ANDRADE, I. S. N. de. Aleitamento materno e seus benefícios: primeiro passo para a promoção saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S.l.], v. 27, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/3442>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Guia para implantação de salas de apoio à amamentação para a mulher trabalhadora**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/folder/departamento\\_acoes\\_programaticas\\_estrategicas\\_dapes.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/folder/departamento_acoes_programaticas_estrategicas_dapes.pdf). Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Aleitamento materno, distribuição de leites e fórmulas infantis em estabelecimentos de saúde e a legislação/Ministério da Saúde**. Secretaria Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, 2014 – Brasília: Ministério da Saúde. Disponível

em:

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/aleitamento\\_materno\\_distribuicao\\_leite.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/aleitamento_materno_distribuicao_leite.pdf). Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Amamentação e uso de medicamentos e outras substâncias**. Ed 2- Brasília: Editora do Ministério da Saúde, p.92, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/amamentacao-e-uso-de-medicamentos-e-outras-substancias-2a-edicao/view>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. **Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_implantacao\\_salas\\_apoio\\_amamentacao.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_implantacao_salas_apoio_amamentacao.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2017. **Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno**. Brasília: Ministério da Saúde, p.68, 2017. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/bases\\_discussao\\_politica\\_aleitamento\\_materno.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/bases_discussao_politica_aleitamento_materno.pdf). Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p.184, n. 23. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_aleitamento\\_materno\\_cab23.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf). Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p.184, n. 23. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_nutricao\\_aleitamento\\_alimentacao.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf). Acesso em: 16 maio 2023.

BRESSAN, C.R. *et al.* Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), direitos formalmente reconhecidos e o sistema de garantias de direitos: três décadas de avanços e a (re)afirmação do *.:antigo.:* (statute of the child and of the adolescent (eca), formally recognized rights and...). **Emancipação**, [S.l.], v. 20, p. 1-22, 2020. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/16524>. Acesso em: 18 set. 2022.

FERNANDES, Vanessa Martinhago Borges *et al.* Condutas de gestores relacionadas ao apoio ao aleitamento materno nos locais de trabalho. **Texto contexto – enferm.**

[S./], v. 27, n. 3, e2560016, 2018. Disponível em: [http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072018000300302&lng=pt&nrm=iso](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000300302&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 abr. 2023.

FERNANDES, Vanessa Martinhago Borges *et al.* Implantação de salas de apoio à amamentação em empresas públicas e privadas: potencialidades e dificuldades. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. spe, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/zBhLwTDnCZzYMt9jKZyhYPK/?format=html#>. Acesso em: 07 abr. 2023.

FERREIRA, G. R.; D'Artibale, E. E.; Bercini, L. o. Influência da prorrogação da licença maternidade para seis meses na duração do aleitamento materno exclusivo. **Reme Rev. Min. Enferm**, p. 162-168, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-696406>. Acesso em: 08 abr. 2023.

FONTELLES, M.J. *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**. Belém, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C8\\_NONAME.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf). Acesso em 15 maio 2023.

GALVÃO, Dulce Maria Pereira García *et al.* ENFERMEIROS ESPECIALISTAS EM ENFERMAGEM DE SAÚDE INFANTIL E PEDIATRIA E PROMOÇÃO DA AMAMENTAÇÃO APÓS O REGRESSO AO TRABALHO. **International Journal of Developmental and ducational Psychology. Revista Infad de Psicología.**, [S./], v. 3, n. 1, p. 497, 4 nov. 2017. Asociacion INFAD. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEP/article/view/1020>. Acesso em: 05 abr. 2023.

GASPARIN, V. A. *et al.* Fatores associados à manutenção do aleitamento materno exclusivo no pós-parto tardio. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/98368>. Acesso em: 18 fev. 2023.

JUCHEM, Neiva Maria *et al.* Maternidade e trabalho: as empresas apoiam o cuidado à saúde materna e infantil? **Revista de Aps**, [S./], p. 601-615, maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/download/16759/22770/139774>. Acesso em: 26 mar. 2023.

LEÃO, Gabriela Neves Costa *et al.* Fatores associados ao desmame precoce do aleitamento materno: uma revisão. **Research, Society And Development**, [S./], v. 11, n. 7, p. 1-16, 17 maio 2022. Research, Society and Development. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27943/25686>. Acesso em: 16 maio 2023.

MACIEL, Ana Paula Ferreira *et al.* Experiências e dificuldades das primíparas na amamentação. **Research, Society And Development**, [S./], v. 11, n. 7, p. 1-8, 15 maio 2022. Research, Society and Development. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29028/25632>. Acesso em: 15 maio 2023.

MENDES, Michele Saraiva *et al.* Fatores associados à continuidade do aleitamento materno por 12 meses ou mais em mulheres trabalhadoras de um hospital geral. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 26, n. 11, p. 5851-5860, nov. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XfBYWTT5yQ7sFM9xbKj8mJH/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MICHELOTO, Giuliana Montagna *et al.* CORRELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO E AMAMENTAÇÃO: estudo de caso em enfermagem em Florianópolis, uma capital ao sul do Brasil. **Saúde em Redes**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 117-132, 22 jun. 2018. Associação Brasileira da Rede Unida. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/842>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MOURA, L. P. E. *et al.*, Percepção de mães cadastradas em uma estratégia saúde da família sobre o aleitamento materno exclusivo. Ver. Enferm. UFPE on line, p. 1403-1409, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1032422>. Acesso em: 27 de mar. 2023.

NARDI, Adriana Lüdke *et al.* Impacto dos aspectos institucionais no aleitamento materno em mulheres trabalhadoras: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 25, n. 4, p. 1445-1462, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MQbXR6FWKP8Fk8L55Ysxb4m/?format=html>. Acesso em: 01 abr. 2023.

PINA, Mónica *et al.* Riscos da alimentação com leite artificial. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 376-383, 1 maio 2009. Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar. Disponível em: <https://rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10635>. Acesso em: 18 maio 2023.

PONTES, Aline Micely *et al.* As repercussões do aleitamento materno exclusivo em crianças com baixo peso ao nascer. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 97, p. 354-361, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ZX7pWtrBtHqnJNWtw787PS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 maio 2023.

PUSTIGLIONE, Marcelo *et al.* Trabalhadoras gestantes e lactantes: impacto de agentes de risco ocupacional (aro) no processo de gestação, no conceito e no lactente. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 284-294, 2017. EDITORA SCIENTIFIC. <http://dx.doi.org/10.5327/z1679443520170039>. Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/260/pt-BR>. Acesso em: 18 maio 2023.

QUELUZ, M. C. *et al.* Prevalência e determinantes do aleitamento materno exclusivo no município de Serrana, São Paulo, Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, Serrana, v. 46, n.3, p. 537-543, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/HJhDsqq3h5gSMJDjhfx8Cjb/?format=html&lang=pt> Acesso em: 18 fev. 2023.

REA, Marina Ferreira. *et al.* Possibilidades e limitações da amamentação entre mulheres trabalhadoras formais. **Revista de Saúde Pública**, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 149-156, abr. 1997. FapUNIFESP (SciELO. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/sXhfpTVDwfgZ5Z5PqGNjSkz/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2023.

REA, Marina Ferreira. *et al.* Reflexões sobre a amamentação no Brasil: de como passamos a 10 meses de duração. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 37-45, 2003. FapUNIFESP (SciELO. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JDFqD6Hqm83qHKJ3ybjYCHw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2023.

RIBEIRO, M. R. C. *et al.* Ocupação materna e duração do aleitamento materno exclusivo: resultados de uma coorte de nascimento em São Luís, Maranhão, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. e00180221, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SVSrrbTCPBVsV4VSqSHHHw/?lang=pt> Acesso em: 31 de mar 2023.

RODRIGUES, G. P. N. *et al.* Avaliação do impacto de intervenção educativa em farmácias com promoção comercial de produtos que competem com o aleitamento materno. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 4, p. e00129919, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/jjFbCwPngN74rH6L6kzGTbK/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 15 maio 2023.

RODRIGUES, Liana Nolibos *et al.* Acolhimento e desafios no retorno ao trabalho, após a licença-maternidade em uma instituição de ensino. **Revista de Enfermagem da Ufsm**, [S.l.], v. 12, p. 44, 15 set. 2022. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/68966>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SANTOS, Lais dos *et al.* Programa de incentivo ao aleitamento materno em creches de Curitiba-PR: percepção de profissionais da educação infantil. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 85-96, 25 nov. 2019. Revista de Saúde Pública do Paraná. <http://dx.doi.org/10.32811/25954482-2019v2n2p85>. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/272>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, Sthefane Pires dos *et al.* Vivências relacionadas ao aleitamento materno e sua interrupção precoce: estudo qualitativo com nutrizes. **Revista Baiana de Saúde Pública**, [S.l.], v. 44, n. 4, p. 93-111, 30 dez. 2020. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3179/3024>. Acesso em: 17 maio 2023.

SANTOS, Thais Rosa dos *et al.* Práticas de amamentação entre mulheres trabalhadoras com creche no local de trabalho. **Distúrbios da Comunicação**, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 288, 29 jun. 2018. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/33629/25737>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SILVA, Antônio Augusto Moura da *et al.* **Caderno de saúde pública**: aspectos metodológicos do estudo nacional de alimentação e nutrição infantil (enani-2019). São Luis: Editorial (Escolha das Editoras), 2021. 3 p. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/08/Editorial.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

TORRES, Fabiana Cabral Arantes *et al.* Manutenção do aleitamento materno no retorno ao trabalho. **Nursing (São Paulo)**, [S.l.], v. 22, n. 255, p. 3073-3076, 1 ago. 2019. MPM Comunicação. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/364>. Acesso em: 08 abr. 2023.

UFRJ. Aleitamento materno: Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos 4: **ENANI 2019**. - Documento eletrônico. - Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2021. (108 p.). Coordenador geral, Gilberto Kac. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em: 18 out. 2022.

VENANCIO, Sonia Ioyama *et al.* Tendência secular da amamentação no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, [S.l.], v. 47, n. 6, p. 1205-1208, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/pVH98rRQWZ8mTbWR5vsJWyF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2023.